

Formação da Rede de Voluntários Ambientais da Bacia Hidrográfica do Tietê Cabeceiras - SP

**Maria Henriqueta Andrade Raymundo¹, Suely Akemi Fugiwara Siro², Celly Kelly Neivas dos Santos³
Nadja Soares de Moraes⁴,**

- 1. Membro da Câmara Técnica de EA do SCBH-ATC; 2. Relatora da CTEA do SCBHATC, Socióloga da Prefeitura de Guarulhos;*
3. Integrante da Rede de Voluntários Ambientais da Bacia Hidrográfica do Tietê Cabeceiras/ 4. Coordenadora da CT-EA do SCBHATC/ Presidente da Organização Bio-Bras.

ABSTRACT

In December 2009, sparked to "Volunteer Network Tietê Cabeceiras Basin - SP", from a project divided into five stages based methodologies for environmental education, research, planning and teaching-learning praxis. Steps were articulated and integrated with theoretical and practical elements, which met the expectations of volunteers and objectives to influence the management of water resources in the region. This Volunteer Network, which is formed by university students, graduates and post graduates in various fields of knowledge, promoted the mobilization of about 15,000 people for the recovery of socio-environmental quality in the basin. Currently the Web expands and enhances its various connections, using, among other methods, the implementation of small environmental projects distributed over the watershed. Is stimulated, thereby strengthening and consolidation of its shares and new opportunities for direct influence on policy and technical sustainability of the water.

Palavras –chave: voluntariado, redes sociais, aprendizagem

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um arcabouço legal e institucional avançado no gerenciamento dos recursos hídricos, fruto das construções e conquistas por um Estado democrático, que atualmente se apresenta com gestão pública compartilhada, participativa, integrada e descentralizada das águas, instalando-se as condições favoráveis para a boa governança e governabilidade deste bem público.

“A governabilidade envolve a capacidade do governo de articular e institucionalizar a política pública e nela os esforços de múltiplos atores que intervêm ou devem intervir na gestão da água, para conciliar seus interesses e orientar suas ações em direção a objetivos socialmente pactuados” (MACHADO, 2009).

Em se tratando de pactos sociais com objetivos de melhoria da gestão das águas, apresenta-se aqui a formação de uma rede de conhecimentos, aprendizagem e ações socioambientais como forma de influenciar e contribuir para os acordos firmados na gestão das águas da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, localizada na Região Metropolitana de São Paulo – SP.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras abrange os Municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano com uma população residente de 2.587.439 pessoas (IBGE, 2010), tendo como colegiado gestor das águas o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras (SCBH-ATC).

Embora a unidade de planejamento territorial na gestão dos recursos hídricos seja a bacia hidrográfica, encontra-se predominantemente a forma tradicional de se governar para dentro dos limites municipais desconectados dos processos abrangentes.

Com o intuito de enfrentar os problemas socioambientais da referida região e integrar as ações no âmbito dos governos municipais, do governo estadual, do setor empresarial e da sociedade civil, é que o SCBH-ATC celebrou a elaboração e assinatura do “Protocolo em Defesa da Recuperação da qualidade socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras” em 22 de março de 2010.

O Protocolo é um documento construído por meio de processo participativo de planejamento e aprendizagem socioambiental, que gerou um panorama sobre a Bacia Hidrográfica, com diretrizes, metas, ações e prazos estabelecidos para sua recuperação, a partir de oito eixos temáticos: Saneamento Ambiental; Controle, Prevenção e Fiscalização Ambiental; Educação Ambiental, Desenvolvimento de Capacidades Humanas e Comunicação; Manejo e Conservação dos Recursos Naturais; Agricultura e Manejo dos Agrotóxicos; Moradia Adequada; Ordenamento Territorial, e Sistema de Avaliação, Monitoramento e Gerenciamento de Informações Integradas.

O eixo temático da Educação Ambiental, Desenvolvimento de Capacidades Humanas e Comunicação revela a preocupação em se garantir a articulação entre gestão das águas e processos

educativos que sejam desenvolvidos com eficiência, eficácia e efetividade, buscando a capilaridade da educação ambiental no território a partir de mobilização social que envolva a população na sua diversidade presente na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

“Há uma estreita relação entre desenvolvimento e boa governabilidade, que atualmente não se dá apenas com instrumentos de comando e controle, mas também com os de mercado e com a complementação de formas de participação popular” (SOARES et.al., 2008).

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras possui 3 Câmaras Técnicas, dentre as quais, a Câmara Técnica de Educação Ambiental – CTEA, criada a partir das diretrizes e princípios da educação ambiental legitimada e recomendada globalmente por governos e sociedade, como caminho para transformação socioambiental. Esta visou cumprir sua missão e fortalecimento como estratégia mestra da gestão dos recursos hídricos na bacia do Tietê Cabeceiras durante o processo de construção do Protocolo.

No contexto de levantamento de problemas e potencialidades, elaboração de propostas, articulação política de atores e pactuação de objetivos e metas durante a elaboração do Protocolo é que a CTEA elaborou e executou o projeto para a formação de voluntários socioambientais com o papel inicial de apoiar a construção do documento, contribuindo no levantamento de informações e subsídios ao panorama da Bacia.

O voluntariado é uma prática mundial de solidariedade e subjetividades da expressão humana, regulamentado no Brasil pela Lei Federal nº 9.608/98; ressalte-se aqui sua importante contribuição individual ou coletiva junto a governos e sociedade. O exercício do voluntariado apresenta-se com facetas diversas, que se caracteriza num grande potencial para tornar-se uma estratégia de transformação socioambiental a depender do estabelecimento de processos estruturantes de educação ambiental crítica e emancipatória (RAYMUNDO E BARRETO, 2009).

Portanto, a educação ambiental foi a grande orientadora da formação dos voluntários, projeto deflagrado pela necessidade de aliar a gestão das águas aos conhecimentos e ações técnicas, acadêmicas, sociais, culturais e populares com perspectivas de influenciar qualitativamente as tomadas de decisões na bacia hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, que se encontrava carente de processos participativos, abrangentes e inclusivos.

Desde que a educação ambiental foi destacada pela sua promissora capacidade estratégica para contribuir na resolução dos problemas ambientais globais e locais, em 1972 pela Organização das Nações Unidas - ONU na Conferência de Estocolmo, nós assistimos, encenamos, protagonizamos e submetemo-nos aos caminhos e descaminhos para a concretização dos sonhos e luta de uma política nacional construída pelas utopias instaladas na sociedade. No Brasil já se passaram mais de 10 anos desde a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, fruto da militância socioambiental de educadoras e educadores ávidos por um mundo mais justo, saudável e feliz para todos indiscriminadamente.

“A Educação Ambiental é herdeira direta do debate e movimento ecológico, os principais responsáveis pela compreensão da crise ambiental como uma questão de interesse público, ou seja, que afeta a todos e da qual depende o futuro das sociedades” (CARVALHO, 2004).

De acordo com esta análise da educação ambiental, alia-se a mesma aos conceitos de redes como a possibilidade de conectar e articular pessoas, políticas, conhecimentos, ações, paixões, sonhos e movimentos organizacionais, que constroem novas formas de atuação com a aprendizagem gerada pelas redes.

Dessa forma, este trabalho trata da relação da educação ambiental com o voluntariado e destes com a formação de redes para a geração de novos conhecimentos que propiciem uma interferência direta na gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

Num cenário carente de participação da sociedade civil e com empobrecimento da atuação do poder público municipal quanto à tomada de decisão e gestão das águas na referida Bacia, logo se percebeu a necessidade e importância da formação política socioambiental que permitisse um envolvimento de novos atores sociais e da população em geral nos processos que definem os rumos de nossas vidas. Neste momento a educação ambiental foi incisiva para desencadear reflexões sobre a limitação de atuação política que afeta a sociedade deixando-a submissa e inconsciente do seu papel, da sua importância e relevância para contribuir na gestão das águas.

Com objetivo inicial de sensibilizar, mobilizar e formar um grupo de voluntários para a participação qualificada e atuação como editores de conhecimentos, ações e produções que contribuíssem para uma bacia saudável, inseriram-se neste processo moradores dos municípios da bacia, com uma diversidade de fazeres e de áreas de conhecimento.

Será discutido neste artigo como se deu a passagem de um Projeto de Educação Ambiental para a Formação de Voluntários, com vistas ao exercício da cidadania socioambiental, para o nascimento de um Movimento de Voluntários Socioambientais pela qualidade da Bacia do Tietê Cabeceiras, revelando um pouco das subjetividades contidas nas ações concretas de um grupo que se fortalece pelo mote da gestão das águas.



Figura 1: Representantes (elos) da Rede de Voluntários da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

“A educação é uma construção social repleta de subjetividades, de escolhas valorativas e de vontades políticas” (LIMA, 2002), assumida na estruturação do Projeto para a Formação da Rede de Voluntários Ambientais dentro da concepção emancipatória, crítica e transformadora.

Apresenta-se aqui um processo de duas mãos da formação de voluntários, que usa a gestão das águas para fortalecer um grupo por meio de rede que gera novos conhecimentos e oportunidades, ao mesmo tempo em que a Rede num processo de interferências e influências diretas fortalece a gestão das águas.

MÉTODOS

No período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010, a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras coordenou o “Projeto para Formação de Voluntários Socioambientais” em apoio à construção coletiva do documento “Protocolo em Defesa da Recuperação da Qualidade Socioambiental do Alto Tietê Cabeceiras”.

O projeto fundamentou-se por metodologias qualitativas e de intervenção social, envolvendo um conjunto de ações, que traz concepções de práticas e teorias educacionais, sociais, políticas e ambientais.

Buscou-se uma metodologia fundamentada, também, em pesquisas de educação, adotando-se a pesquisa-ação-participante, que na visão de Brandão (1999) é uma oportunidade de produzir novos conhecimentos, aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora nos grupos com quem trabalhamos.

“A relevância da dimensão qualitativa faz parte hoje do patrimônio metodológico, mesmo que a ciência usual sinta, frequentemente, dificuldades de a manejar” (DEMO, 1994).

Tassara (1996) diz que intervenções sociais “condicionam-se pelas delimitações de análises dos problemas que sustentam suas formulações, aspirando também a produção de um conhecimento novo, derivado da interação entre análise de problemas sociais, estratégias para enfrentá-los, suas aplicações e acompanhamentos de desempenho.”

Focou-se, também na pedagogia da práxis, que teoriza a prática e pratica a teoria como forma imbricada de se fazer educação e de acordo com Gadotti (2005) “fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. A pedagogia como teoria da educação não pode abstrair-se da prática intencionada.”

O Projeto para a Formação de Voluntários Socioambientais carregado desses princípios metodológicos teve como público participante os moradores da Bacia Hidrográfica que são estudantes universitários, graduados e pós-graduados em diversas áreas do conhecimento como geografia, biologia, gestão ambiental, comunicação social, letras e pedagogia.

Em busca de atender às expectativas dos voluntários e aos objetivos de recuperação da qualidade socioambiental da região, o Projeto foi estruturado em seis etapas articuladas e integradas, com elementos teóricos e práticos, são elas: Mobilização e sensibilização de potenciais voluntários na região; Capacitação sobre políticas de recursos hídricos e metodologias de pesquisas científicas; Realização do trabalho voluntário de pesquisa sobre a percepção socioambiental da população; Curso sobre gestão de recursos

hídricos, voluntariado e educação ambiental; Elaboração de projetos e planos de ação para execução voluntária.

A primeira etapa do Projeto teve o objetivo de identificar e cadastrar estudantes interessados em fazer parte de um grupo de voluntários para trabalhar no levantamento de informações para a construção do Protocolo em Defesa da Recuperação da Qualidade Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras. Esta etapa chamada de “mobilização e sensibilização de potenciais voluntários na região” ocorreu em algumas universidades particulares dos municípios da bacia durante o período de um mês, com a realização de reuniões dentro do tempo de uma a duas horas, focando o tema de Comitês de Bacias Hidrográficas e a elaboração do Protocolo pelo Subcomitê. Nestas reuniões era feito o convite à participação na elaboração do Protocolo, além dos cadastros dos interessados. No final desta etapa reuniram-se mais de 150 pessoas, divididas em três núcleos - Mogi das Cruzes, Poá e Guarulhos – para facilitar o envolvimento dos interessados cadastrados.

A segunda etapa se deu a partir da relação de cadastrados e divisão em núcleos de voluntários, com a realização de uma capacitação sobre gestão de recursos hídricos, metodologias e técnicas de pesquisas científicas totalizando 20 horas/aulas distribuídas em cinco dias. O objetivo desta etapa foi preparar o voluntário para a execução do seu trabalho como entrevistador de uma pesquisa de percepção socioambiental, que deveria subsidiar a elaboração participativa do Protocolo. Esta capacitação foi desenvolvida em momentos específicos para cada núcleo de voluntários, através de reuniões, oficinas, palestras, interpretação e diálogos de textos.

Na terceira etapa do Projeto, contou-se com a participação de 54 Voluntários dos três núcleos já mencionados, sendo o objetivo aqui a concretização do trabalho voluntário esperado para contribuir com o Protocolo, ou seja, a realização de 829 entrevistas semi-estruturadas nos nove municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras para compor a pesquisa sobre a percepção socioambiental da população. Nesta etapa os voluntários tiveram um acompanhamento pela coordenação do Projeto em reuniões onde apresentavam suas principais dificuldades, curiosidades das entrevistas e próximos passos para a conclusão do trabalho. Destaca-se que nesta etapa os voluntários vivenciaram um pouco da realidade da Bacia Hidrográfica, visitando lugares antes não conhecidos, defrontando-se com uma população carente de recursos materiais e principalmente de educação política, social e ambiental.

Chegou-se à quarta etapa do projeto, após um mês de conclusão das entrevistas semi-estruturadas realizadas na etapa anterior. Esta etapa era decisiva para trabalhar os objetivos de cidadania, inclusão na política socioambiental das águas na região, a potência de ação daqueles que se mostraram dispostos a se envolverem num processo de busca pela qualidade de vida. Essa etapa do projeto intitulada de “Curso sobre gestão de recursos hídricos, voluntariado e educação ambiental” foi trabalhada durante 100 horas distribuídas em quatro meses, com a realização de encontros presenciais em lugares e situações diferenciadas e mais 20 horas de atividades dirigidas por meio da internet, provocando grandes expectativas e resultados que serão relatados até o final deste artigo. O conteúdo programático do curso abordou as Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente; Recursos Hídricos e Educação Ambiental; as políticas públicas de recursos hídricos e educação ambiental no Brasil, Estado e Região; Voluntariado; Gestão Ambiental pública e privada; Governança das Águas e Planejamento Estratégico Participativo. Utilizou-se de técnicas e estratégias pedagógicas dos estudos de caso; interpretação ambiental; palestras; seminários; atividades em grupo, atividades lúdicas; leitura e interpretação de textos; teatro; vivência de grupo; trilhas e elaboração de projetos.

Um aspecto que merece destaque nesta metodologia é a escolha dos espaços onde foram realizadas as atividades, pois, houve a preocupação em garantir locais que propiciassem um contato dos voluntários com o meio ambiente natural, propiciando o resgate da relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, bem como que possibilitasse a imersão nas atividades, uma vez que esses locais eram afastados dos locais de origem dos voluntários, mas inseridos no contexto da questão dos recursos hídricos.

Após a finalização do Curso, que enfocou a formação teórica do grupo, iniciou-se a quinta etapa do projeto, que teve como objetivo o contato direto com a realidade concreta no território da bacia e as possibilidades de intervenção nessa realidade.

“A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem” (BRANDÃO, 2005).

O reconhecimento da realidade socioambiental do território foi feito a partir de um percurso por toda a bacia, que contou com a participação de membros de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, de técnicos de Prefeituras Municipais, tanto na definição do roteiro e pontos de interpretação quanto na apresentação dos problemas nesses locais. O percurso foi de um extremo a outro na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, saindo do município de Guarulhos, com problemas relacionados à expansão urbana, alta densidade demográfica e retificação do rio até o município de Salesópolis, onde se encontram as nascentes do Rio Tietê ainda em condições preservadas.

Durante o percurso, eram feitas diversas interpretações junto aos voluntários, que faziam anotações das informações, análises, percepções, além de registros fotográficos dos aspectos que consideravam

marcantes e no final, elaboraram um relatório do que presenciaram, socializando e sistematizando as impressões acerca dos aspectos socioambientais na bacia, de acordo com a visão de mundo e experiências acumuladas de cada voluntário. Neste momento, os problemas socioambientais presenciados estavam efervescentes nas mentes e corações dos voluntários, provocando a sua potência de ação.

O material produzido na quinta etapa foi elementar para a sexta etapa do projeto, pois a partir da tomada de conhecimento dos problemas, os voluntários foram estimulados a planejar estratégias de ação, por meio da elaboração de projetos de intervenção.

Os três núcleos de voluntários foram reconstituídos para definição das prioridades de ações locais, das necessidades de recursos humanos e financeiros, e distribuição de responsabilidades. A retomada dos três núcleos também teve o objetivo de ampliar a rede de voluntários, pois cada grupo teria que encontrar estratégias de mobilização de acordo com a sua realidade local. Entretanto, a partir da premissa de que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento territorial, deliberou-se que também seriam necessárias ações que integrassem os três núcleos, tendo sido definido um calendário de atividades que envolvesse todos os voluntários da bacia.

Os projetos e planos de ação para execução voluntária nos três núcleos foram construídos de acordo com seus desejos, disponibilidades, conhecimentos e habilidades, dentro dos “princípios do voluntariado emancipado, em que o próprio sujeito decide quais ações executará para satisfazer suas necessidades e desejos de bem-estar individual ou coletivo, manifestando as suas subjetividades de doação, dedicação e realização pela sustentabilidade socioambiental, em função daquilo que o faz livre e feliz” (RAYMUNDO E BARRETO, 2009).

Os projetos elaborados enfocaram a manutenção da rede social virtual, visitas, reuniões e processos de formação junto a associações comunitárias, escolas e lideranças diversas da bacia, além da própria autoformação do grupo de voluntários, reconhecendo a necessidade de capacitações contínuas para o fortalecimento de suas intervenções socioambientais na bacia hidrográfica.

Por fim, desenvolveu-se a etapa de monitoramento e avaliação da execução dos projetos, realizada com ferramentas educativas a distância, que possibilitava o diálogo com os voluntários e acompanhamento de suas atividades cotidianas e também por meio de um encontro presencial de 16 horas com os voluntários dos três núcleos no qual foram discutidos os resultados alcançados, as dificuldades, entraves encontrados e as estratégias de ação para a autonomia do grupo na busca pela participação e influência nas políticas públicas de gestão das águas na bacia hidrográfica do Alto Tietê cabeceiras.

APRECIÇÃO E DISCUSSÃO

Apresentam-se aqui resultados e reflexões acerca da Formação da Rede de Voluntários Ambientais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, sendo o perfil destes voluntários constituído prioritariamente de jovens estudantes de graduação e graduados, com forte presença de mulheres, todos residentes nos diversos municípios da bacia.

Este processo está em efervescência na bacia hidrográfica e tem propiciado as trocas entre pessoas de diversas áreas do conhecimento e atuação profissional, permitindo a complementariedade em todos os momentos. Os resultados das atividades desenvolvidas revelaram essa diversidade, ratificando a importância da multidisciplinaridade nas questões socioambientais. A relação intergeracional, entre os próprios voluntários, e entre estes com os palestrantes, facilitadores nos encontros e visitas de campo também enriqueceu essa troca de experiências.

Para a compreensão da importância da gestão compartilhada foi fundamental a oportunidade de realizar as entrevistas e analisar os resultados preliminares da pesquisa de percepção socioambiental. Em uma das atividades durante o “Curso sobre gestão de recursos hídricos, voluntariado e educação ambiental”, os voluntários puderam analisar e apresentar suas impressões sobre os resultados preliminares da pesquisa. Esse momento permitiu o resgate e a socialização das experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo realizada pelos voluntários e a sua confrontação com os resultados. Esse momento permitiu a percepção e reflexão dos problemas da participação social institucionalizada, em que muitas vezes o espaço de controle social distancia-se da população de uma forma geral. O contato dos voluntários com a população nos diferentes pontos da bacia provocou o incômodo necessário para estimular a sua ação para enfrentamento dessa situação de paralisia frente aos problemas socioambientais ao longo do Tietê.

Destaca-se a capacidade de articulação em rede do voluntariado, se partirmos da premissa de que as figuras do Estado e das Políticas Públicas estão bastante desgastadas e a população de um modo geral tem uma relação de descrédito e desconfiança em relação aos organismos governamentais, o voluntariado emerge como um novo ator para intervenção na realidade. Este papel já foi ocupado pela Organizações Não-Governamentais, que ainda desempenham papel fundamental na execução de políticas públicas. Porém, exatamente por ser um braço do Estado, onde capta recursos financeiros, muitas vezes encontram dificuldades em se posicionar de forma contrária e crítica à atuação desse mesmo Estado. Neste sentido, o voluntariado apresenta-se como uma força autônoma e independente, capaz de trazer à tona questões que

não estão na pauta da agenda governamental. Essa característica do voluntariado é capaz de sensibilizar e mobilizar as pessoas, promovendo a capilaridade e a formação de redes.

Castells (1999) nos apresenta duas lógicas espaciais opostas que surgem na sociedade em rede, a do espaço de fluxos e a do espaço de lugares. "O espaço de fluxos organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações. O espaço de lugares privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física. (...) A maior parte da experiência e dos significados humanos, contudo, concentra-se ainda no espaço de locais" (p.156). Entretanto, no caso dos voluntários do Alto Tietê Cabeceiras, a sua articulação faz uso dessas duas lógicas espaciais, conseguindo conciliar o espaço dos fluxos com o espaço dos lugares. Tal fato pode ser explicado pela própria idade dos voluntários, que já foram socializados em um ambiente de redes virtuais, encontrando facilidade em se comunicar por esses sistemas. Com relação ao espaço de lugares, essa identidade territorial ocorre em função da seleção dos voluntários ter levado em conta o requisito de morar no território da bacia hidrográfica.

A Rede de Voluntários vem desempenhando um importante papel por meio da facilitação de um espaço em rede na internet, contando atualmente com mais de 300 pessoas cadastradas. Trata-se de uma rede virtual de domínio do "ning", criada durante a elaboração do Protocolo em defesa da qualidade da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, para socialização de informações, trocas de experiências, divulgação das atividades socioambientais, mobilização e sensibilização, além de ser um espaço virtual de articulações e informações da própria Rede dos Voluntários.

Afirma-se que esta Rede, ainda em processo de consolidação, vivencia o processo de formação relatado e refletido aqui desde dezembro de 2009, não havendo um tempo delimitado para o seu término, visto que a mesma se constitui nos princípios de continuidade e permanência, autonomia e emancipação. Vivencia-se a Rede de Voluntários Ambientais como um espaço de trocas infinitas entre pessoas que dedicam suas habilidades, seus conhecimentos, suas disponibilidades para a construção de sociedades sustentáveis a partir do olhar para a bacia hidrográfica como território de identidades e sonhos coletivos.

Até o presente momento os voluntários da Rede experimentam este processo, deflagrado a partir de um projeto da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, como uma oportunidade de descoberta de suas potências adormecidas pela própria ausência de políticas públicas de educação ambiental crítica e emancipatória na região.

Esta Rede se forma em consonância com as concepções de rede de Souza & Guimarães (2008), ao afirmarem que uma rede é um espaço que desvela os conflitos revelando as relações de poder; que instrumentaliza o participante para seu posicionamento diante do embate, que potencializa o debate, a reflexão, a participação, como forma de ação política e de ampliação do espaço público.

As etapas do projeto tiveram o objetivo de propiciar aos voluntários o reconhecimento dos diferentes atores sociais e situações presentes no território da bacia hidrográfica, desvelando os conflitos presentes. A partir das entrevistas que os voluntários realizaram para a pesquisa de percepção foi possível o contato direto com a população de uma forma geral, que se encontra distanciada dos espaços institucionalizados de participação. O percurso no território da bacia possibilitou a identificação dos diversos conflitos envolvendo empresas, moradores de áreas ocupadas, poder público municipal e estadual. Enfim, desvelou-se também a figura do próprio Subcomitê da Bacia Hidrográfica enquanto importante ferramenta para a gestão das águas, espaço de poder e de disputa política.

Portanto, a Rede dos Voluntários vem propiciando o exercício da cidadania por meio das relações sociais, políticas, técnicas e populares, viabilizados pelas trocas de experiências e conhecimentos focados em gestão dos recursos hídricos dentro de abordagem socioambiental integrada e articulada.

Importante destacar também a Rede dos Voluntários como um espaço de diálogo, na perspectiva de que "uma comunidade humana é uma rede de trabalho de diálogo". Nessa rede de diálogo cria-se um clima emocional de calor humano, apoio mútuo e confiança, "mais ainda, um clima de paixão, pleno de oportunidades para celebração" (CAPRA, 2007). Os diálogos são ampliados, tornando-se elemento de retroalimentação e fortalecimento desse sistema cooperativo.

Como principais resultados visíveis, gerados por essa Rede, apresentam-se alguns, iniciando com a elaboração coletiva da "Carta Aberta a Sociedade", feita a partir dos relatórios do percurso na bacia. A Carta foi lançada e divulgada amplamente na região por meio de um ato público dos Voluntários, que mobilizaram diversificados atores representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, além da imprensa regional, onde se chamou atenção para a importância do panorama, diretrizes e metas estabelecidas no Protocolo elaborado pelo Subcomitê da Bacia.

A partir desta Carta que gerou uma mobilização e sensibilização na região do Tietê Cabeceiras, os voluntários organizaram um abaixo assinado online e impresso de apoio e exigência ao cumprimento das metas estabelecidas no Protocolo em Defesa da Recuperação da Qualidade Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras, conseguindo recolher aproximadamente 12 mil assinaturas, incluindo-se de autoridades políticas, acadêmicas, técnicas e celebridades da região e do país.

Considera-se que o abaixo-assinado da Rede dos Voluntários foi um forte instrumento de mobilização social e política, pois além de desencadear uma visibilidade positiva do território do Tietê

Cabeceiras, ainda conseguiu fortalecer os laços da rede que se fez presente ativamente em diversos espaços comunitários, institucionais e educativos formais e informais.

Outro resultado de mobilização e sensibilização socioambiental conquistado pelos voluntários, distribuídos nos 3 núcleos (Poá, Mogi das Cruzes e Guarulhos), por meio de reuniões, oficinas e palestras foi a disseminação de informações e espaços de diálogos e reflexão sobre a gestão das águas na bacia para mais de 7 mil pessoas entre, crianças, jovens e adultos.

O grande diferencial da Rede de Voluntários é a possibilidade de exercitar uma forma direta de participação social em contraponto à participação institucionalizada. A Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, fortaleceu o poder local e institucionalizou a participação e o controle social na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. As políticas setoriais nas três esferas de governo passaram a contar com os Conselhos de Controle Social, de caráter consultivo ou deliberativo, compostos por representantes do poder público, indicados pelo chefe do executivo e por representantes da sociedade civil, eleitos pelos seus pares.

A gestão dos recursos hídricos também não foge a esse modelo e conta com os Comitês de Bacia Hidrográfica, com o diferencial de ser tripartite e o segmento poder público ser dividido em municipal e estadual. O que se destaca aqui é que no caso dos Comitês de Bacia Hidrográfica, a participação da sociedade civil requer o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, restringindo a participação de Movimentos Sociais, que não possuem o referido cadastro. Essa participação social garantida pelo Estado ocorre de forma institucionalizada, enfraquecendo a participação direta dos cidadãos. É nesse sentido que o voluntariado, bastante evidenciado nos anos 90 em função dos problemas sociais e do grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, emerge atualmente com a sua pauta voltada para os problemas socioambientais.

Destacam-se dois grandes momentos na história brasileira de grande mobilização da sociedade civil, o “Movimento Diretas Já” e a “ECO 92”, na qual foram organizados fóruns paralelos aos instituídos pelos governos e elaborados importantes documentos como o Tratado Internacional para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Outro exemplo que podem ser destacados são os Fóruns Sociais Mundiais, em que a sociedade se organiza em oficinas autogestionárias para debater e encaminhar as propostas de atuação para transformação da sociedade e construção de novas relações sociais baseadas no respeito, solidariedade, justiça social, igualdade e equilíbrio ambiental.

O voluntariado propicia o real protagonismo da sociedade civil, promovendo o exercício da cidadania e da consolidação da democracia participativa. Aliado à educação ambiental emancipatória, vai na contramão do capitalismo e da políticas neoliberais, que incentivam o individualismo e a competição.

Afirma-se que o voluntariado é um movimento contra-hegemônico na medida em que resgata valores como a solidariedade e a emancipação dos sujeitos. Indivíduos exercem diferentes papéis ao longo da sua vida e do seu próprio dia-a-dia. Enquanto mão-de-obra vende sua força de trabalho em troca de um salário, e muitas vezes o processo produtivo não lhe proporciona prazer ou realização pessoal. Além de trabalhadoras e trabalhadores, são esposas e esposos, mães e pais, filhas e filhos, alunas e alunos, ou seja, qualquer papel que se exerça, estão enquadrados em uma instituição com suas regras que muitas vezes limitam a transformação do indivíduo em sujeito político, pois essas instituições são fortemente marcadas pelo modelo de sociedade vigente. O modelo capitalista visa a maximização dos lucros, provoca a degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e o acirramento das desigualdades sociais. Além disso, estimula a sociedade de consumo e a sociedade de risco (Beck apud LIMA, 2002), em que a solução para os problemas ambientais estão concentrados nas pesquisas científicas, excluindo a participação social nos processos de discussão, negociação e formulação de políticas.

De acordo com Carvalho (2001), a Educação Ambiental Popular, oriunda da Educação Popular, insere o processo educativo dentro de um contexto histórico, transformando-o em um ato político, uma prática social de formação de cidadania e formação de sujeitos políticos, é baseada na subjetividade, nos valores ambientais construídos a partir da vinculação afetiva com os valores éticos e estéticos desta visão de mundo. É essa Educação Ambiental Popular que servirá de mediação para o estabelecimento do novo pacto societário, a partir da ação política dos sujeitos na transformação das relações entre o indivíduo e o seu meio ambiente, e conseqüentemente, na mudança do modelo de sociedade vigente. Essas novas relações sociais seriam construídas a partir de um “ideário ecológico emancipatório”, desejado pelos sujeitos políticos e baseados em valores libertários, democráticos e solidários– o novo ethos.

No caso do voluntariado socioambiental, a relação com a atividade executada é de comprometimento e engajamento, não há troca de ordem econômica, mas um objetivo comum a toda coletividade. A lógica que orienta a atuação dos voluntários é baseada em um novo pacto societário, pautado pela racionalidade ambiental.

“A construção da racionalidade ambiental implica uma crítica na racionalidade da civilização moderna, se produz na desconstrução da racionalidade econômica. Está fundada em princípios e valores que impedem que suas estratégias possam ser avaliadas pelo modelo de racionalidade gerado pelo capitalismo” (LEFF, 2002).

Nesta perspectiva, podemos diferenciar a educação ambiental emancipatória da educação ambiental comportamental, que de acordo com Loureiro (2004), está a serviço da manutenção do *status*

quo e é calcada no que Paulo Freire denominava “educação bancária”, transformando a educação em instrumento de reiteração da exclusão e da desigualdade social no acesso aos bens naturais. Faz também um contraponto ao que denomina “pragmatismo ecológico” que se calca na tese de que a resolução dos problemas ambientais é urgente, exigindo adoção de ações práticas e imediatas.

Também é relevante lembrar que o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social* elaborada durante a Eco 92, em sua Introdução, destaca a necessidade de compreensão do modelo civilizatório no qual estamos inseridos para a promoção das mudanças necessárias, bem como a importância da percepção do papel de sujeitos ativos neste processo de transformação.

Essas abordagens teóricas foram fundamentais para formatação do Projeto, pois todos estes resultados, advindos da própria metodologia adotada, contribuíram para um novo e talvez inesperado resultado, mas, que é fundamental para continuidade e fortalecimento da Rede dos Voluntários, ou seja, o grupo foi no decorrer da sua caminhada construindo sua identidade.

Esta identidade, ainda em construção, já consegue atrair ou excluir pessoas dessa Rede de Voluntários, dentro de um processo natural, onde a própria pessoa determina sua permanência ou afastamento do processo. O movimento dos voluntários já apresenta um perfil, tem valores, princípios, tem uma história. A identidade de um grupo social segundo Castells (1999) é sempre construída, representando as experiências coletivas, carregadas de significados e atributos culturais interligados, podendo ser um contraponto a globalização.

Acredita-se que esta identidade que se constrói na Rede dos Voluntários Ambientais, se funda principalmente pelos objetivos comuns definidos desde o nascimento do grupo, que se uniu pela causa da melhoria socioambiental de um território também demarcado que é a bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras. E este território é o lugar determinante para que a Rede dos Voluntários exerça toda sua potência de ação, pois, de acordo com Santos (2009), “este lugar é um espaço vivido, de experiência sempre renovada, que possibilita a reavaliação da herança e questionamentos sobre o presente e futuro. Sendo o lugar um acolhedor dos vetores da globalização, instalados para impor uma nova ordem social, este mesmo lugar pode também ser um espaço de exercício da existência plena onde podemos desejar ser outra coisa.”



Figura 2: Logomarca criada pelos Voluntários no decorrer do Projeto de Formação.

CONCLUSÃO

Evidencia-se que a consolidação da gestão participativa, compartilhada, descentralizada e democrática das águas exige um processo crítico e transformador, permanente e contínuo de formação e informação mobilizando novos atores sociais politizados, que articulados possam contribuir para busca da qualidade socioambiental da bacia hidrográfica.

De acordo com Demo (2000), “ao lado das carências materiais, acentua-se com ímpeto ainda mais forte a exclusão de cunho político” originando um grave problema social em que nos impede do acesso a informações, a educação de qualidade e ainda nos estimulam a uma ignorância que nos coloca em posição de submissão inconsciente.

Segundo Fagundes (2005), quanto menos desenvolvido é o país, menos formais são as estruturas voluntárias, com um crescimento das redes de ajuda mútua e auto-ajuda, enquanto nos países mais desenvolvidos a organização da ação voluntária é mais formal e há ênfase maior nas atividades filantrópicas.

Este fato nos alerta para os cuidados em não fazer do voluntariado uma substituição do papel do Estado na execução das políticas sociais ao utilizar-se estrategicamente da solidariedade humana para preencher a lacuna de um “Estado Mínimo”.

Com este cuidado o Projeto para a Formação da Rede de Voluntários da bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras desenvolveu um processo de educação ambiental, com estratégias de abertura do governo para reconhecer, acolher e incluir as contribuições voluntárias de pessoas comprometidas e dispostas e estas por sua vez, com a possibilidade de visualizar e compreender as políticas, os limites e as oportunidades de transformação a partir de suas próprias ações.

Os princípios adotados no Projeto que desencadeou a Rede dos Voluntários, foram do voluntariado emancipado, em que o próprio sujeito decide quais as ações executará para satisfazer suas necessidades e desejos de bem estar individual ou coletivo. Numa manifestação das suas subjetividades de doação, dedicação e realização pela sustentabilidade socioambiental, em função daquilo que o faz livre e feliz (RAYMUNDO & BARRETO, 2009), Neste sentido os voluntários estão de acordo com Sawaia (2001), que afirma que o que alegra o homem está na disposição de pensar e agir por si próprio, e esta concepção livra a participação da obrigação, da moralidade e da renúncia.

É nesta busca da educação de qualidade, crítica e criativa, que a Rede dos Voluntários vem buscando se consolidar para além da sua troca de experiências, suas intervenções sociais, chegar também à produção de conhecimentos que influenciem diretamente a gestão das águas.

Considerando a educação ambiental como a estratégia a ser percorrida para mobilizar e formar o grupo de voluntários, faz-se importante destacar que a concepção adotada está de acordo com “*uma abordagem que traz a complexidade para a compreensão e intervenção na realidade socioambiental, [...] (complexifica a realidade), na perspectiva crítica, no conflito, nas relações de poder, são fundantes na construção de sentidos, na organização espacial em suas múltiplas determinações*” (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Este projeto realizado pela CTEA permitiu a construção de conhecimentos, de novas habilidades, estímulos à cidadania e instrumentalização para o voluntariado comprometido com a busca da melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras.

Destaca-se que a Rede de Voluntários, vem perseguindo a lógica e conceito da racionalidade ambiental, “que subjaz um conceito de adaptação, que predomina o conceito de domínio da natureza, no qual se apóia a racionalidade capitalista e os paradigmas da ciência moderna” (LEFF, 2002).

A atuação dos voluntários na bacia promoveu uma nova dinâmica na bacia, por meio da emergência de novos atores com uma visão de mundo diferenciada. Ainda que o número seja reduzido no contexto da população e da complexidade dos problemas socioambientais na bacia, este pequeno grupo articulado em rede é capaz de fazer a diferença onde quer que se encontre, pois o fator que motiva as suas ações está fora da lógica dominante e racional da sociedade capitalista. Está no sonho de transformar a realidade agora, e não deixar para as futuras gerações a responsabilidade para as mudanças necessárias. Está na esperança de que é possível um planeta com justiça social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica.

O desafio para esta Rede de Voluntários está na sua sustentabilidade, pois precisa manter a sua autonomia financeira para continuar com o seu caráter de aprendizagem socioambiental e ativismo, porém, de acordo com SANTOS (2009) “os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade”.

REFERÊNCIAS

BORDA, F. O. **Aspectos teóricos da pesquisa participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C.R. Pesquisa Participante.In: FERRARO, L. (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília:MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante** São Paulo:d.Brasiliense,1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental** – ProNEA. Brasília: MMA, 2003

CAPRA, F. Criatividade e Liderança em comunidades de aprendizagem. In JUNQUEIRA, V., ZYSMAN, N. (orgs). **Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade**. SP: Editora Manole, 2007.

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I.C.M. *Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre a educação ambiental e extensão rural*. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr/jun.2001.

CASTELLS, M.. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, L.R.F. **Estratégia de planejamento**. Ciência e Cultura, v.38,p.1366-1373, 1986.

DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, P. Educação e conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

FAGUNDES, Helenara Silveira. Voluntariado e solidariedade: da caridade ao direito. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2005.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. In: FERRARO, L. (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas/SP: Papyrus, 2004a.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004b.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=35&dados=1> (Acesso em 19.05.11)

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G.F.C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO F. B. ; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MACHADO, J.. Gestão compartilhada, experiência democrática - Agência Nacional de Águas. In: Fórum Nacional dos Órgãos Gestores de Águas. Governança Pública das Águas: Experiência dos Estados Brasileiros. Textos Água e Ambiente, 4, Salvador, Bahia:2009.

RAYMUNDO, M.H.A. & BARRETO, I. A. S. Política pública de educação ambiental para a gestão das águas na Bahia. Coleção Fichário do educador ambiental. vol. 1/Ano 2 Especial Água - OG/PNEA - DEA/MMA - CGEA/MEC - SRHU/MMA Coleção Especial Água Volume 1/2009.

SANTOS, M.. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 18ª edição Rio de Janeiro: Record, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental. Billings. São Paulo:SMA/CEA, 2010.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. In: Ambientalismo e participação na contemporaneidade.

SORENTINO, M. (Coord.). São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SOUZA, A.P.; GUIMARÃES, M.. Redes como ambiente educativo a educação ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental/Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília – Rede Brasileira de Educação Ambiental- n.3, 2008.

SOARES, S. I; O; THEODORO, H. D; JACOBI, P. R.. **Governança e Política Nacional de Recursos Hídricos**: Qual a posição da Gestão das Águas no Brasil? In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, 4,5 e 6 de junho de 2008. Brasília - DF – Brasil

TASSARA, E.T.O. Globalização, paradigmas e utopias. Questões de método na pesquisa contemporânea. Coletâneas. ANPEPP, v.1, n.13,p.83-95. Set. 1996.